

**U.C. 41018
Demografia**

Critérios de correção

Prova realizada a 5 de fevereiro de 2020

- 1. (Exame/p-fólio) Inúmeras teorias foram elaboradas para tentar explicar o crescimento populacional. Dentre elas, destaca-se a teoria malthusiana. Identifique as principais características desse pensamento e em que medida as suas ideais são consideradas pela maioria dos estudiosos.**

O pensamento demográfico de Thomas Robert Malthus, economista inglês (1776-1834), cuja teoria foi publicada em 1798, no livro *Ensaio sobre o princípio da população*, pode ser sistematizado em torno de três temas fundamentais: *População e subsistências, obstáculos e remédios*. Sobre o primeiro tema *população e subsistências* – o autor distingue duas leis antagónicas: a população mundial cresceria em um ritmo rápido, comparado por ele a uma progressão geométrica (1, 2, 4, 8, 16, 32, 64...), e a produção de alimentos cresceria em um ritmo lento, comparado a uma progressão aritmética (1, 2, 3, 4, 5, 6...). Assim, segundo a visão de Malthus, ao final de um período de apenas dois séculos, o crescimento da população teria sido 28 vezes maior do que o crescimento da produção de alimentos. Para Malthus, quando uma população não é controlada, duplica todos os 25 anos. Dessa forma, a partir de determinado momento, não existiriam alimentos para todos os habitantes da Terra, produzindo-se uma situação catastrófica, em que a humanidade morreria de inanição.

Relativamente ao segundo tema, *os obstáculos ao crescimento da população*, para Malthus, existem dois tipos de obstáculos: os positivos (ou Regressivos), que serão todos os obstáculos que podem diminuir a vida humana (ex: pobreza, epidemias, fomes, etc...) e os preventivos, isto é, os acontecimentos que levam à diminuição da fecundidade, ou seja, casamentos adiados (criando condições para que os cônjuges casem mais tarde), abstinência antes do casamento (limitações morais), casamentos tardios dos pobres ou até apelo ao celibato

A tese de Malthus introduziu, pois, uma nova perspectiva. Segundo ele, o equilíbrio entre crescimento demográfico e recursos alimentares não depende nem do nível das subsistências nem do tipo de organização social, mas única e exclusivamente dos comportamentos individuais. Consequentemente, Malthus propunha aos indivíduos e aos casais o autocontrole, através da castidade e do casamento tardio.

Naquela época, a obra fez muito sucesso, mas hoje as suas ideias são consideradas ultrapassadas pela maioria dos estudiosos. Para os críticos de Malthus, não se elimina a falta de alimentos diminuindo o número de nascimentos entre a população mundial, mas

redistribuindo a riqueza produzida no mundo. Na realidade, ocorre grande concentração de alimentos nos países ricos e, conseqüentemente, má distribuição nos países pobres.

Fonte: Caderno de apoio

2. (Exame) Identifique os (três) traços essenciais que caracterizam a evolução global da população do continente europeu durante o Antigo Regime e as razões do desaparecimento do modelo demográfico do Antigo Regime. Descreva os grandes modelos de evolução da população.

O antigo regime corresponde ao período da História da Europa que se desenrolou desde o século XVI até às revoluções liberais (finais do século XVIII, inícios do século XIX). Caracteriza-se a nível demográfico por altas taxas de natalidade: o crescimento moderado da população de 70 milhões no início do século XIV para 111 milhões em meados do século XVIII ; de mortalidade, persistência e frequência de crises demográficas, quer causadas por doenças e epidemias, quer por fomes: as quebras de crescimento populacional ocasionado pelas crises de mortalidade: a fase da peste (particularmente intensa nos séculos XV e XVI) e a fase das epidemias sociais e as crises de subsistência.

A mortalidade era um fator regulador e um fator destruidor das populações desta época. Alguns historiadores da população têm uma visão mecanicista das sociedades humanas nesta época ao pensarem que o verdadeiro elemento regulador é a morte. Esta visão mecanicista não resistiu à vaga de investigações sobre o sistema demográfico do Antigo Regime que caracteriza os nossos dias com o desenvolvimento da Demografia Histórica. Dupâquier é o grande pioneiro no final dos anos 70 ao levantar a seguinte questão: Como é que 18 milhões de súbditos de Luís XIV mal alimentados, aumentaram num século para 27 milhões vivendo numa relativa abundância e reagindo à oscilação de preços? (Dupâquier, 1979).

Fonte: Caderno de apoio

3. (Exame/p-fólio) Diga o que entende por envelhecimento demográfico e ao que está associado. Descreva esse fenómeno no caso concreto de Portugal.

O envelhecimento demográfico refere-se à evolução da estrutura etária que se traduz por uma redução da importância dos indivíduos nas idades mais jovens ou por um aumento da importância dos indivíduos nas idades mais avançadas. A fecundidade e, posteriormente, a mortalidade são as duas razões demográficas para o curso do processo de envelhecimento das estruturas etárias. O envelhecimento demográfico constitui uma das principais características das sociedades atuais

A constatação do processo de envelhecimento demográfico é realizada pela análise da pirâmide etária, um gráfico que aponta a distribuição da população por grupos de idade. Sendo assim, as pirâmides de base larga e topo estreito indicam um “país jovem”, enquanto as pirâmides com o topo mais largo e a base um pouco mais estreita indicam a existência de “países adultos” ou até mesmo de “países idosos”.

Em Portugal, entre 1960 e 1991, apesar de o volume total da população ter aumentado em 11% (passando de 8,9 milhões para 9,9 milhões de habitantes), a população nas idades mais jovens diminuiu (em 40% no grupo de idades 0-4 anos e em 16% no grupo de idades 5-14 anos) e a população nas idades mais avançadas aumentou significativamente (em 35% no grupo de idades 50-64 anos, em 73% no grupo de idades 65-74 anos e em 122% no grupo de idades 75 e mais anos). Daqui resulta uma profunda modificação do perfil etário da população portuguesa, contando com cada vez mais indivíduos nas idades superiores e com cada vez menos indivíduos nas idades mais baixas. Sendo a idade mais do que uma variável cronológica, esta modificação da estrutura etária naturalmente vai refletir-se sobre múltiplos domínios da sociedade. O encerramento de algumas escolas primárias por falta de alunos, o aumento do número dos que se encontram na idade de reforma e o aumento do número de idosos hospitalizados por períodos mais longos (fruto do aumento dos indivíduos na quarta idade) são disso exemplos.

Fonte : <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122339653618vOY0ea3Wi28YJ8.pdf>

4. (Exame/p-fólio) As fontes de dados em Demografia são instrumentos importantes para a pesquisa, análise e promoção de políticas públicas, contribuindo para o entendimento de nossa realidade social. Identifique as principais fontes de dados demográficos, as principais técnicas de análise da qualidade dos dados demográficos e quais as técnicas adequadas a cada um dos sistemas de informação utilizados.

Existem três grandes fontes para a recolha de dados em Demografia (informação dos censos tipo, inquéritos por amostragem, técnicas indiretas de perguntas por questões específicas) que não são alternativas umas das outras, embora uma possa, eventualmente, ser usada na ausência ou deficiência da outra.

Existem dados normalmente recolhidos pelos registos dos diferentes sistemas. Os dados produzidos são o registo dos acontecimentos durante um determinado intervalo de tempo, em geral um ano. Os dados são essencialmente dinâmicos na sua natureza, porque fornecem informação no decorrer do tempo.

Determinados inquéritos muitas vezes orientados com um objetivo bem determinado, também são fonte de dados demográficos

Para a contagem da população em um instante de tempo (tamanho, distribuição e estrutura), recorre-se aos Censos Demográficos, Levantamentos ou Amostrais Periódicos. São um conjunto de operações baseadas em registos individuais. Para a contagem de eventos ao longo do tempo (nascimentos, óbitos e migração) recorre-se ao Registo Civil.

O censo produz o registo das pessoas num dado momento, ou seja, produz uma informação “fotográfica” transversal da população existente, o seu tamanho, a sua estrutura, como ela é observada no momento do censo. As comparações dentro de um censo, ou entre censos, envolvem em geral, quer números absolutos quer o cálculo de proporções. Os censos permitem conhecer todo (universalidade) o efectivo populacional de um território numa data precisa (simultaneidade), com detalhes sobre a repartição

dessa população por unidades administrativas e segundo um número mais ou menos vasto de características (sexo, idade, residência, profissão). Devem respeitar uma determinada periodicidade (de 10 em 10 anos no caso de Portugal).

As principais características de um censo, e que o diferencia de um inquérito, é que em primeiro lugar ele é um registo global do total da população dentro de uma determinada área geográfica definida. Em segundo lugar, como não envolve amostragem, cada pessoa é enumerada separadamente. Em terceiro lugar, ele não é um exercício voluntário e tem que ter uma base legal para o tornar compulsório e ser incluída e providenciada a informação pretendida. Finalmente, é obrigatório ser relacionado com um dado momento no tempo e não num período. Um censo é uma recolha de dados sobre a população levada a cabo de uma só vez num dado país e envolve: formulação de um questionário, planeamento e organização de uma equipa, processamento e análise dos dados e divulgação dos resultados.

As Nações Unidas recomendam que os censos se realizem de 10 em 10 anos, de preferência nos anos terminados em 0 e 1. O objetivo é, em primeiro lugar, obter informação em intervalos regulares a fim de facilitar comparações ao longo do tempo e, em segundo lugar, tentar sincronizar os censos de modo a poder comparar a informação obtida para diferentes países. Nesse contexto, os dados devem ser publicados no período mais curto possível após a recolha, em geral no máximo 2 anos.

As Estatísticas demográficas de Estado Civil são o conjunto de informações sobre os nascimentos, óbitos, casamentos, divórcios e separações judiciais, saídas ou entradas, ocorridas num território durante um determinado período (normalmente um ano), baseadas nos boletins de registo civil desses acontecimentos, com detalhes sobre a sua repartição por unidade administrativa e segundo um número mais ou menos vasto de características (sexo, idade, etc.). O sistema de registos vitais e os controlos de migração existem acima de tudo por questões legais: a produção de certificados de nascimento e de óbito, passaportes, cartões de identidade, certificados de autorização de trabalho, autorização de residência e de cidadania, etc.

Outras Fontes Demográficas: **Os Inquéritos demográficos** são inquéritos por amostragem baseando-se na recolha de informações, com base numa amostra representativa do universo da população em análise, visando aprofundar o estudo sobre uma questão demográfica particular (ex: Inquérito português à fecundidade, que inclui variáveis como “o uso de métodos contraceptivos, o número de filhos desejado, local de residência na infância, etc.). Os inquéritos por amostragem usados em Demografia podem ter uma variedade de aspetos, mas o aspeto essencial é que ele envolve uma amostra da população. A vantagem da amostra é que ela reduz o esforço referido e por consequência o custo, quando comparado com um censo tipo completo. No entanto, podem surgir erros de medição. Se a amostra tiver uma base adequada, este erro pode ser medido e assim minimizado.

Existem ainda uma larga gama de técnicas indiretas sofisticadas, que podem servir para a recolha de dados sobre questões específicas que deverão ser formuladas e utilizadas de acordo com o objetivo e o grau de precisão que se pretende obter. Outras fontes são as estatísticas de saúde e os anuários estatísticos.

A relação de masculinidade dos nascimentos permite **testar a qualidade das estatísticas** de estado civil. Inicialmente concebido para avaliar a qualidade de registo dos nascimentos, este teste revelou-se um bom indicador da qualidade global dos dados estatísticos demográficos. Este indicador relaciona o número de nascimentos masculinos por cada 100 nascimentos femininos, ou seja: $(\text{nascimentos masculinos} / \text{nascimentos femininos}) \times 100$

É a relação dos nascidos vivos masculinos com os nascidos vivos femininos realizados num determinado período. Permite ver se existem ou não erros ao nível dos registos dos nascimentos (desequilíbrios ao nível dos registos dos sexos).

Índice de Irregularidade das idades - Se o método anterior se destina a analisar a qualidade dos dados das estatísticas de estado civil, este tem por fim analisar a qualidade dos dados dos recenseamentos. Este teste serve para provar se existe ou não concentração em determinadas idades. Trabalha-se com sexos separados. A sua elaboração é bastante simples: colocam-se os efetivos das idades cuja atração se pretende medir em numerador (por exemplo, se pretendemos medir a atração pelo 6

Existe ainda o Índice de Whipple que também pode ser utilizado para testar a qualidade dos recenseamentos

O Índice Combinado das Nações Unidas (ICNU) Este indicador, em vez de medir a atração por determinadas idades, mede a qualidade global de um recenseamento. Trata-se de um instrumento muito cómodo de calcular e que possibilita a realização de comparações interessantes no tempo e no espaço.

A Equação de Concordância irá ser vista em detalhe na análise dos movimentos migratórios.

Fonte: Caderno de apoio

- 5. (Exame) As migrações assumem-se como um dos fenómenos na história da humanidade que mais consequências têm a diversos níveis, tanto social, cultural, económico ou político. Na Europa, a migração, seja qual for a forma que assume, faz parte da realidade passada, atual e, provavelmente futura. A globalização e a maior acessibilidade ampliaram consideravelmente as possibilidades de mobilidade.**

Fonte : http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=9509&p_est_id=18124

Relate a evolução recente dos movimentos migratórios em Portugal e na Europa.

Os movimentos migratórios são uma das características mais proeminentes das sociedades contemporâneas. A globalização tem contribuído para intensificar estes movimentos devido à compressão do tempo e espaço provocada pela revolução dos transportes e das comunicações.

Atualmente, e mesmo com o aumento da fiscalização e controles migratórios, a taxa mundial de migração não para de crescer, equivalendo a 3%, versus 2% de há 40 anos atrás. Desde 2006 que as migrações integram a agenda das Nações Unidas, após decisão tomada por Koffi Annan nesse sentido.

Segundo os dados da Organização das Nações Unidas, dos 191 milhões de migrantes no mundo, 34% vivem na Europa. Desde uma perspectiva europeia, pode-se afirmar que os movimentos migratórios atravessaram diferentes etapas ao longo do último século: transatlânticos, intra-europeus e finalmente transnacionais.

Entre 1995 e 2005, muitos países europeus aumentaram consideravelmente o stock de imigrantes, fenómeno que se evidencia especialmente nos países Mediterrânicos e da Europa do Sul, quer devido a novas entradas quer a processos de regularização. Em consequência, nas últimas décadas, as tendências e a direção dos fluxos migratórios dentro da Europa sofreram mudanças consideráveis, e vários dos países europeus que disponibilizavam mão-de-obra, passaram num espaço curto de tempo, a ser recetores. Esta tendência tem caracterizado especialmente os países do Sul da Europa (Espanha, Grécia, Itália e Portugal) que repentinamente começaram a receber contingentes consideráveis de imigrantes, convertendo-se em países de imigração.

Portugal diferencia-se do resto dos países do sul da Europa : no momento da entrada à CEE, Portugal precisou tanto de mão-de-obra qualificada como não qualificada, devido ao deficiente sistema educativo português e à emigração para os países da Europa do norte e central dos portugueses menos qualificados. Na prática, a chegada dos profissionais brasileiros no início de 1990 foi absorvida em vários sectores da economia (dentistas, publicistas, especialistas de marketing e informáticos), estendendo-se a outros sectores de menor qualificação. Quanto aos imigrantes dos PALOPs estes vieram a substituir os emigrantes portugueses, concentrando-se no sector da construção civil caracterizado pelas condições de trabalho muito precárias.

Ao longo da década de 1990 os fluxos tornaram-se mais intensos e diversificados tanto na origem como nas ocupações, situação que se consolidaria na primeira década do século XXI. Aos stocks de imigrantes provenientes dos PALOPs e aos brasileiros, vieram juntar-se imigrantes provenientes dos países de Europa de Leste não pertencentes então à União Europeia (ucranianos, romenos, moldavos, russos, entre os mais representativos). Para atenuar o impacto da presença de romenos e búlgaros como trabalhadores e cidadãos europeus, após a adesão da Roménia e a Bulgária em 2007, vários países da UE estabeleceram uma moratória de dois ou mais anos, adiando o exercício dos direitos laborais. Não foi o caso de Portugal, que os reconheceu de forma imediata como europeus de pleno direito, mesmo quando representavam uma das principais comunidades imigrantes.

Neste período ainda chegaram imigrantes da Ásia, especialmente da China, Índia e Paquistão e mais tardiamente do Bangladesh. Inicialmente as conexões com a presença portuguesa na Ásia via Macau e em África com a Índia, atuaram como catalisadores. Posteriormente, as redes migratórias e os acordos comerciais com a China, reforçaram os fluxos.

A presença de imigrantes em Portugal até final do século XX era “relativamente fraca e a maioria dos movimentos que ocorriam podia atribuir-se diretamente ao seu passado colonial, às suas relações históricas e culturais, bem como as suas relações económicas. Por isso a evolução dos fluxos migratórios faz com que uma fotografia da imigração no início da década de 1990 seja totalmente diferente a uma fotografia de início do século XXI.

A primeira seria caracterizada por imigrantes dos PALOPS, europeus, e brasileiros e a segunda apresentando uma imagem muito diversificada que abrange os grupos migrantes mencionados, acrescentando os fluxos de europeus do Leste, e ainda um conjunto de cidadãos oriundos da Ásia, muitos deles comerciantes.

As dinâmicas migratórias são sempre uma resposta a um conjunto de fatores tanto nos países de origem como nos de destino, e incluem as políticas e regulamentação das migrações, as redes migratórias informais e os mercados laborais. Em Portugal todos estes fatores são relevantes. O mercado de trabalho tem desempenhado um papel preponderante, absorvendo imigrantes no mercado de trabalho formal e informal, e contribuindo para a consolidação dos fluxos, que alcançaram até meados da primeira década do século XXI uma taxa anual de crescimento de 7,1%. Desde 2009, com o início da crise em Portugal, os fluxos migratórios começaram a sofrer algumas alterações. Por um lado nota-se a desaceleração e a diminuição da imigração, que se reflete na queda global dos residentes estrangeiros, segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Por outro lado, verifica-se o retorno ao país de origem, especialmente de brasileiros, como indicam os dados da Organização Internacional das Migrações e alguns estudos. Do lado da emigração, assiste-se a um crescimento acelerado das saídas de cidadãos portugueses, tanto qualificados como de pouca qualificação, embora a comunicação social ressalte especialmente a saída de recursos humanos qualificados. A criação do Observatório da Emigração em 2008 ilustra a relevância do fenómeno. Segundo os dados desta entidade, a lista de países de proveniência das remessas enviadas pelos portugueses em 2010 estava encabeçada pela França e a Suíça, seguidas de Angola, dos Estados Unidos, da Alemanha e da Espanha.
Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/remhu/v20n39/v20n39a09.pdf>

Alguns dados do Centro de Informação Europeia Jacques Delors:

Fonte: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=9509&p_est_id=18124

A partir de 2000, a UE começa a implementar o enquadramento legal relativo ao asilo com o disposto no Acordo de Schengen (1985), na Convenção de Dublin (1990), no Tratado de Maastricht (1992) e no Tratado de Amesterdão (1997). Em 2007, o Tratado de Lisboa trará importantes avanços no que diz respeito à política migratória e de asilo. A Europa é um espaço de prosperidade que vai atrair muitas pessoas em busca de condições políticas, económicas e sociais mais favoráveis. A partir de 2007, devido à instabilidade política, à pobreza e às guerras no Norte da África e no Médio Oriente, produz-se um fluxo maciço de pessoas provenientes do Iraque, Síria, Turquia, Líbia, África Subsaariana, Eritreia e Afeganistão que procuram proteção na UE.

O número de pessoas deslocadas cresceu progressivamente, atingindo a cifra de 1,2 milhões de indivíduos que chegaram às portas da Europa através de várias rotas por terra e mar durante 2015. Nesse período, 75% dos pedidos de asilo foram registados em

apenas cinco EM da UE: Alemanha, Hungria, Suécia, Áustria e Itália. Além do Sistema Europeu Comum de Asilo, a União tem implementado estratégias para controlar o gigantesco e repentino fluxo migratório. A última ação foi a assinatura de um acordo com a Turquia para controlar a passagem de pessoas através do Mar Egeu para a Grécia. Consequentemente, o número de refugiados e migrantes provenientes da Turquia foi significativamente reduzido. Em 2016, chegaram 361 mil pessoas, muito menos que nos anos imediatamente anteriores.